

ATA DA 032ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Jansen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Defende a reforma tributária.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Demonstra preocupação com o andamento do Projeto de Resolução n. 0072, do Senado Federal.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Comenta a unificação das alíquotas de importação; registra a realização da 29ª Convenção Global da Associação Internacional do Turismo Gay.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Enfatiza a necessidade de trazer para o estado investimentos em infraestrutura.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Apresenta pleito da comunidade de lagoa do Caverá, em Araranguá; mostra-se contrário à extinção das Usefis; comenta PL do governo estadual que cria novas regiões metropolitanas.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Defende o apoio de Santa Catarina e do Brasil à Argentina na questão das Ilhas Malvinas.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Solidariza-se com o deputado Kennedy Nunes; informa presença de secretários estaduais em audiência pública sobre o SC Saúde; aborda pesquisa realizada sobre o que pensam os profissionais da segurança pública no país.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Informa que o secretário Milton Martini participará de reunião da comissão de Trabalho da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência registra a presença de alunos da Universidade Barriga-Verde, Unibave, de Orleans, acompanhados pelo professor Mariol Oze Mendes. Sejam bem-vindos!

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Dieter Janssen, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que nos traz na data de hoje a esta tribuna é para comentar, deputada Angela Albino, a entrevista, na *Globo News*, do repórter Alexandre Garcia com o senador Luiz Henrique da Silveira e com o presidente da Fiesc, Glauco José Corte. O que se notou nessa entrevista vem ao encontro da nossa fala da semana passada, colocando a

necessidade urgente de se fazer a reforma tributária.

O que se observa é que Santa Catarina vem-se destacando no cenário nacional, e a situação dos portos em nosso estado teve um grande incremento, em função dos investimentos da iniciativa privada. Com isso o estado se tornou mais competitivo, pois houve um incremento nas importações do país.

Estamos querendo mostrar, sr. presidente, que precisamos ter um país mais competitivo, precisamos baixar a nossa carga tributária, fazer com que a nossa indústria tenha mais condição de competir no mercado externo. E como disse o presidente da Fiesc, quando alguém está com alguma doença, é preciso atacar a causa e não simplesmente dizer que não há solução.

Definitivamente, temos que apoiar a nossa indústria. Temos uma energia das mais caras do mundo, um dos juros mais altos do planeta. A nossa carga tributária está próxima de 40% do PIB e isso faz com que realmente a nossa indústria sofra com a concorrência externa, não consiga competir e perca mercado.

Precisamos investir rapidamente em infraestrutura. Temos problemas em relação às nossas estradas e aos nossos portos que, excetuando Santa Catarina, têm dificuldade na carga e descarga, demorando cinco, seis dias nessa operação, o que faz com que o custo do frete, do transporte, seja mais caro, elevando, com isso, o custo Brasil.

Na semana passada fizemos um estudo sobre a tabela do SUS numa audiência pública nesta Casa. Participaram os diretores dos mais diversos hospitais de Santa Catarina e que se observou é realmente há necessidade urgente de reajustar a tabela SUS. Hoje um procedimento de média complexidade realizado nos hospitais de Santa Catarina custa em torno de R\$ 1 mil. É lógico que temos procedimentos de R\$ 300,00, de R\$ 500,00, de R\$ 2.000,00 e de R\$ 3.000,00, conforme a necessidade do paciente. Mas o repasse do SUS para os nossos hospitais chega a aproximadamente 36% desse custo. Com essa defasagem, os hospitais

precisam buscar recursos através de rifas, do apoio da comunidade e dos empresários.

Houve um hospital que precisou cortar árvores, eucaliptos, na verdade, de um terreno de sua propriedade na beira da BR para vender a madeira e pagar suas dívidas! Imaginem uma coisa dessas! Como disse o presidente da Fiesc, se você tem feridas no corpo, não adianta passar uma pomada para cicatrizar essa ferida se não conseguir atacar a causa delas.

Então, temos que fazer urgentemente um exercício de reflexão e por isso vou encaminhar uma moção a ser encaminhada para a Frente Parlamentar Catarinense em Brasília.

Quando éramos secretário municipal de Desenvolvimento Econômico da cidade de Jaraguá do Sul, em 2001, estivemos em Brasília participando do movimento das associações comerciais e lá já se discutia, deputada Angela Albino, a questão da reforma tributária.

Então, não tenho dúvida de que se fizermos uma reforma tributária, no sentido de que todos paguem seus impostos, de que todas aquelas atividades e pessoas que estão na informalidade, venham para a formalidade, as coisas melhorarão. A nossa defesa sempre foi no sentido da diminuição da carga tributária, para que todos paguem seus impostos e, conseqüentemente, o país tenha mais recursos para fazer frente à readequação da tabela do SUS.

Por isso, estão de parabéns os universitários. Precisamos urgentemente investir em educação, em pesquisa, para que possamos exportar pessoas, mentes, para outros países, fazer intercâmbio, fazer uma troca de culturas. E que cada vez mais consigamos agregar valor aos nossos produtos, para que tenhamos uma cadeia produtiva mais competitiva.

Fica aqui a minha fala para reforçar a grande entrevista do senador Luiz Henrique, que, no meu entendimento, mostrou a real situação do país. Estava o ex-governador Luiz Henrique da Silveira sendo cobrado pelo fato de o estado de Santa Catarina estar oferecendo em seus portos algumas vantagens em relação a outros estados. E o que foi

observado foi justamente que o nosso estado cresceu, desenvolveu-se, tornou-se mais competitivo pelo fato de ter diminuído sua carga tributária.

Srs. deputados, tenho certeza de que se tivermos uma carga tributária menor em nosso país, teremos um país mais competitivo e com mais arrecadação para fazer frente à estrutura necessárias às áreas da saúde e da educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, hoje vou fazer uma pequena pausa nos meus habituais pronunciamentos sobre a situação da saúde em Santa Catarina, deputado Dieter Janssen, para falar sobre outro assunto que me preocupa muito, que é a saúde fiscal, a saúde financeira, o equilíbrio econômico-financeiro de Santa Catarina, notadamente de cidades como Itajaí, Itapoá, Navegantes e Imbituba. Refiro-me, sr. presidente, ao Projeto de Resolução n. 0072, do Senado Federal.

Estive durante dois dias seguidos participando de inúmeras reuniões em Brasília, tanto no Senado quanto no Palácio do Planalto, juntamente com a ministra Ideli Salvatti, sobre os debates e encaminhamentos a respeito do Projeto de Resolução n. 0072 do Senado.

Através dessa resolução pretende o Senado equalizar, uniformizar as alíquotas de ICMS em 4%, nas operações interestaduais em relação aos importados. É uma medida importante, pelo que pude sentir nesses dois dias de convivência direta em Brasília, porque, na verdade, empresários e trabalhadores não deixam de ter razão contra a importação indiscriminada, sobretudo de produtos acabados, que geram empregos fora do nosso país e impedem a criação de postos de trabalho aqui

dentro, causando problemas de desemprego e, inclusive, comprometendo a indústria nacional.

No entanto, se já é um fato consumado, pois o governo federal está decidido a implementar a equalização das alíquotas de ICMS dos produtos importados para controlar a chamada guerra dos portos, por outro lado, também é certo e muito preocupante o que vi, porque o governo não pode implementar isso abruptamente, de um dia para o outro.

A verdade é que dois estados, Santa Catarina e Espírito Santo, serão gravemente comprometidos. O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, assessorado por prefeitos, pela Assembleia Legislativa, através de 11 deputados estaduais, entre eles o presidente da Casa, acompanhou a reunião da comissão de Constituição e Justiça do Senado. E fiquei muito preocupado, porque eu estava lá com o governador Raimundo Colombo, que estava praticamente sozinho, somente com os senadores catarinenses e uma assessoria muito próxima. A verdade é que senti falta de mais apoio, inclusive de uma maior representação política de Santa Catarina nas negociações a respeito desse tema.

Em compensação o estado do Espírito Santo já conquistou mais de R\$ 5 bilhões em financiamentos que virão com recursos do BNDES a longo prazo, para várias obras de infraestrutura; o Espírito Santo já conseguiu a antecipação de recursos de *royalties* do petróleo, enfim, aquele estado já avançou muito, porque desde outubro participa diretamente das negociações com o governo federal. Mas nós, de Santa Catarina, em minha opinião, estamos muito atrasados e fragilizados.

Srs. deputados, as consequências disso serão muito graves. E falo pela minha cidade, Itajaí, pelo porto da minha cidade. Itajaí tem 2.000.000m² em galpões para receber importados. O porto de São Francisco do Sul, deputado Kennedy Nunes, praticamente foi transformado para receber aço. Como vão ficar os portos de São Francisco do Sul, de Itajaí, de Imbituba? Eu acredito que não vão

transformar-se num pesque e pague, como já anunciaram, mas não vai ser muito diferente disso.

Até semana passada, as conversações junto ao governo federal apontavam que esse novo sistema seria implantado de forma gradativa e não de forma abrupta, respeitando, inclusive, o princípio da anualidade tributária. No entanto, ontem a determinação do governo federal já era proceder à votação em caráter de urgência na comissão de Constituição e Justiça, na comissão de Assuntos Econômicos e no plenário. Felizmente, isso mudou na reunião da comissão de Constituição e Justiça, a qual tive a oportunidade de acompanhar do começo ao fim.

Também quero louvar o ex-governador Luiz Henrique da Silveira que, usando a palavra pela ordem, fez um arrazoado da importância de que, naquela comissão e na comissão de Assuntos Econômicos, entendessem essa questão e que fosse dado um prazo para as negociações. Isso felizmente prevaleceu. Mas sinto uma fragilidade muito grande, embora a decisão final tenha sido postergada para a próxima terça-feira, daqui a menos de uma semana. É um tempo muito curto para que, através das lideranças do governo do estado de Santa Catarina, do Espírito Santo, do Senado Federal e dos municípios diretamente envolvidos, possamos abrir um canal de negociação, de diálogo, com a presidente Dilma Rousseff e com o ministro Guido Mantega, a fim de que todo esse processo seja implantado de uma forma mais equilibrada. Do contrário, se for implementado abruptamente, as consequências serão desastrosas para o nosso estado, notadamente para as cidades portuárias, como São Francisco, Itajaí e Imbituba.

E falo especialmente por Itajaí, porque é uma cidade que por dez anos vem-se adequando e adaptando-se à política de importações. Houve muitos investimentos, inclusive do governo federal, para o porto de Itajaí. Houve muitos investimentos no porto de São Francisco e em outros portos.

Na minha cidade, além do porto de Itajaí, vários outros terminais privados foram

construídos, tanto que acabou surgindo um complexo portuário. Com isso muitas empresas lá se instalaram, muitos empregos foram gerados e agora, de uma hora para outra, da noite para o dia, sem mais nem menos, de forma abrupta, isso tudo pode terminar, trazendo consequências desastrosas à arrecadação pública, e gerando reflexos na saúde, na educação e em obras importantes de infraestrutura dos municípios.

Estou fazendo esse relato muito sucinto sobre a situação que vivenciei em Brasília. Houve, ontem, uma audiência com a ministra, à qual estiveram presentes cerca de 30 empresários e trabalhadores dos portos de Itajaí e São Francisco do Sul. Acho que Santa Catarina tem que reforçar o apoio ao governador Raimundo Colombo nas negociações com o governo federal e que é importante a presença dos nossos deputados estaduais e federais...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO RADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, trago uma questão que é de conhecimento de todos. Vi aqui o deputado Volnei Morastoni manifestando sua preocupação com a questão da equalização do ICMS sobre os produtos importados. Seguramente Santa Catarina será muito prejudicada com isso, porque temos uma grande infraestrutura portuária, com seis portos importantes, que perderão mercado para principalmente São Paulo.

Infelizmente, grande parte do movimento econômico do Brasil, seguramente em torno de 70%, gira em torno do eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e com esse modelo de distribuição tributária, os estados, as regiões, as cidades mais pobres ficarão mais empobrecidas e as mais ricas evidentemente tendem a ficar com mais recursos. Por um lado isso é bom para essas

regiões, esses estados, mas, por outro lado, gera uma migração de pessoas para essas cidades, porque lá se prestam melhores serviços públicos. Cria-se uma periferia ruim, socialmente mal assistida, em torno dessas cidades.

Essa equalização do ICMS, de certa maneira, não deixa de ser uma iniciativa boa, se a reforma tributária se completar, ou seja, se nós passarmos, dentro de algum tempo, a fazer uma distribuição tributária, não pela arrecadação, não pelo imposto que volta para onde foi arrecadado, mas usando como coeficiente de distribuição o tributo das pessoas. Hoje usamos como coeficiente de distribuição a fábrica, a chaminé. E por isso todos procuram atrair empresas para sua região, para se estado e gerar emprego. Mas o que nós queremos mesmo é gerar tributo e naturalmente com esse tributo o governo cumpre suas funções e atende às necessidades da sociedade.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Gostaria de completar um pensamento meu, pois não consegui anteriormente. Não adianta Santa Catarina ficar esperando que a ministra Ideli Salvatti faça um milagre e ache a solução, a resposta, ou vá falar em nome do nosso estado. Ela cumpre um papel como ministra. Isso ficou muito claro ontem, na audiência com os empresários e trabalhadores dos portos de Itajaí e de São Francisco do Sul, e com os prefeitos. Ela tem o papel, como ministra, de encaminhar as decisões do governo federal de forma republicana.

Agora, Santa Catarina precisa, volto a dizer, nesse momento crucial, reforçar a sua equipe de negociação com o governo federal. Acho que esta Casa tem que se fazer presente como faz a do Espírito Santo. Se consumado o fato e isso for realmente implementado, precisaremos de uma compensação para Santa Catarina. É o momento para discutir a nossa ferrovia litorânea, a nossa ferrovia do frango, a duplicação da BR-470. Vamos discutir com a Petrobras a possibilidade de termos

uma refinaria em Santa Catarina. Esse é o momento de Santa Catarina. Se perdermos este momento, estaremos perdendo um momento histórico e vamos depois viver na amargura as consequências desastrosas para o nosso estado por essa uniformização da alíquota dos importados.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni. Concordo com v.exa., essa é, de fato, uma grande oportunidade para Santa Catarina. É preciso, justamente, buscar outros investimentos que venham compensar as prováveis perdas. E, no meu entender, não pode ser em forma de empréstimo, pois isso pode causar um endividamento ainda maior para os portos daqui a 25, 30 anos, prejudicando os investimentos sociais que poderíamos fazer.

Terá, sim, que haver a refinaria como v.exa. colocou, terá que haver investimentos na ferrovia leste-oeste, na ferrovia litorânea, na duplicação da BR-470. Esses investimentos irão promover o desenvolvimento e atrair para cá inúmeras iniciativas empresariais que, sem dúvida nenhuma, compensariam a perda de arrecadação do ICMS.

Mas quero, hoje, enfatizar que Florianópolis é a terceira cidade mais visitada do Brasil e justamente hoje, amanhã e no final de semana ocorrerá a 29ª Convenção Global da Associação Internacional do Turismo Gay. Inúmeras empresas globais e internacionais estarão em Florianópolis, ocasião propícia para justamente divulgarmos o nosso potencial humano, a receptividade dos hotéis, a natureza local, os serviços dos restaurantes.

Quero colocar que também as leis contra a discriminação já estão funcionando em Santa Catarina. Inclusive, no ano passado, quando eu era secretário da Assistência Social, foram feitos inúmeros encontros regionais da comunidade LGBT para destacar o direito que essas pessoas têm. Foi realizada uma conferência estadual e depois o grupo selecionado do estado também participou da conferência nacional.

Quero, em nome da Assembleia Legislativa, saudar o presidente da Associação Internacional do

Turismo Gay, John Tanzella, que está em Florianópolis. Cumprimento também a presidente da LGBT da região da Amfri, Andreia Wolf, e Léo Nogueira. Cumprimento ainda as pessoas que representam o LGBT de diversas regiões de Santa Catarina e que hoje estarão aqui, juntamente com o presidente nacional, Toni Reis, participando da 29ª Convenção Global, que é um evento importante no sentido de incrementar o turismo em Santa Catarina, pois o turismo LGBT tem crescido muito e é o segundo setor da área que mais cresce. O primeiro é o ecoturismo.

Santa Catarina já tem uma estrutura de turismo razoável e, naturalmente, com essa conferência que acontecerá hoje em Florianópolis, todos os empresários do setor de hotelaria e de serviços que participarem também melhorarão suas acomodações e farão suas adequações para atender a esse setor que cresce muito.

Com certeza isso trará inúmeros benefícios, dentre eles a melhoria da economia do estado, pois ocupará uma grande quantidade de mão de obra que o estado dispõe. Dessa forma, queremos dar apoio a essa convenção, desejando pleno êxito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, estimados estudantes que acompanham a presente sessão. É um prazer tê-los nesta Casa, acompanhando os trabalhos do Parlamento.

Gostaria de fazer alguns comentários sobre alguns assuntos que julgo importantes. O primeiro diz respeito a uma reunião que houve ontem na comissão de Turismo e Meio Ambiente, a qual presido, deputada Dirce Heiderscheidt, v.exa. que também faz parte. Lá recebemos uma delegação de Araranguá que veio, acompanhada de líderes comunitários da comunidade de lagoa do Caverá, trazer uma preocupação muito grande com relação àquela que já foi e ainda é a maior lagoa de água

doce de Santa Catarina. Essa lagoa já teve um manancial de cerca de 1.000he de água, mas hoje está na faixa de 200he. Faço essa colocação para terem uma ideia da preocupação dos moradores do entorno dessa lagoa.

Justamente nesse período em que recém comemoramos o Dia Mundial da Água, tive a oportunidade, desta tribuna mesmo, de falar da necessidade da preservação da água, porque hoje menos de 1% da água do planeta é potável, ou seja, é apropriada para o consumo humano. Por isso, precisamos ter essa preocupação.

No caso da lagoa do Caverá, a delegação que aqui esteve manifestou preocupação pelo assoreamento que está ocorrendo. Há necessidade imediata da construção de uma pequena barragem de contenção, obra que é relativamente barata em termos financeiros, falando em termos do Orçamento do estado.

Já há um projeto no Deinfra e por deliberação da comissão vamos encaminhar essa documentação àquele órgão. Hoje, pela manhã, já assinei um ofício a ser enviado ao Deinfra para que tome as providências necessárias para executar essa obra o quanto antes possível e que os órgãos responsáveis possam efetuar as medidas imprescindíveis para a preservação da lagoa do Caverá, que é a maior lagoa de água doce de Santa Catarina.

Aliás, falando de lagoa, dias atrás também houve aqui uma audiência pública em que debatemos a problemática da lagoa da Conceição, que também sofre um processo de assoreamento. Por trás disso tudo, está a preocupação com as águas, com a preservação e também com a comunidade que vive no seu entorno.

Um segundo assunto que trago é a preocupação a respeito de algumas ações que o governo do estado está fazendo, através da secretaria da Fazenda, especialmente com relação ao fechamento das chamadas Usefis - Unidades Setoriais de Fiscalização -, que eram as antigas Exatorias. Recentemente tivemos conhecimento de que a Usefi de Concórdia será fechada.

Lamentamos esse encaminhamento, estamos, inclusive, apelando ao governo do estado, ao secretário da Fazenda, através de requerimento, que não fechem a Usefi. Essa atitude, com certeza, prejudicará toda a população de Concórdia e também os municípios do entorno, porque a unidade mais próxima fica em Joaçaba, onde está a delegacia da Receita Estadual, e havendo esse deslocamento será mais um prejuízo que a comunidade regional sofrerá.

Portanto, trago essa preocupação pela possibilidade de fechamento da Usefi de Concórdia, mas sei que há outros processos em andamento. O governo cogita, inclusive, fechar todas elas, o que causará prejuízo para diversas regiões. Por isso estamos apelando ao governo do estado que reveja esse procedimento.

Como terceiro item da abordagem de hoje, quero fazer uma análise preliminar do projeto de lei que deu entrada nesta Casa, de origem governamental, através da Mensagem n. 0555, que altera o projeto que criou as regiões metropolitanas de Santa Catarina. No caso específico, acrescenta as regiões metropolitanas do extremo oeste e também a da região do Contestado, que era uma reivindicação da comunidade do meio-oeste.

Consideramos esse projeto importante, mas queremos discuti-lo, analisá-lo bem em termos de aperfeiçoamento da distribuição regional dos municípios, já que as regiões metropolitanas estão ganhando mais força ultimamente, até em função dos benefícios que trazem em termos, por exemplo, de programas do governo federal, como Minha Casa Minha Vida, que junta a população da região metropolitana, fazendo com que sejam aumentados os subsídios concedidos. Há o caso da telefonia, pois nas regiões metropolitanas as ligações entre os municípios da mesma RM são consideradas locais.

Acredito que esse projeto será amplamente debatido, inclusive com relação à divisão dessas regiões, da composição dos municípios na região "a", "b" ou "c".

Portanto, a instituição das regiões metropolitanas é importante, desde que sejam

implementadas na prática, porque historicamente as regiões metropolitanas de Santa Catarina foram criadas e ficaram apenas no papel. Quando da criação das SDRs, elas acabaram sendo todas extintas; depois o governo voltou atrás, criou algumas regiões metropolitanas, esta Casa deu entrada a um projeto para aperfeiçoar a decisão do governo estadual, que acabou sendo vetado, e agora temos esse novo PL trazendo novas regiões metropolitanas, estabelecendo novas determinações legais. Esperamos que sejam efetivamente implementadas na prática para trazer os benefícios a elas inerentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PP.

(Pausa)

Não havendo deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste, alunos aqui presentes - sejam bem-vindos a esta Casa -, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, vou trazer um assunto, deputado Dieter Janssen, que já foi tratado na última quarta-feira na comissão do Mercosul, que é presidida pelo deputado Dóia Guglielmi, que diz respeito às Ilhas Malvinas.

Como já falei desta tribuna, este assunto me atrai de uma forma especial, porque na década de 80, quando aconteceu a Guerra das Malvinas entre a Argentina e a Inglaterra, eu morava naquele país e vivi sob estado de sítio um bom tempo.

Eu lembro muito bem de tudo, deputada Dirce Heiderscheidt. Quando anoitecia, tínhamos que apagar todas as luzes e usar velas porque os aviões sobrevoavam as nossas casas e onde havia luz eles atacavam. Eu tinha meus dez, 12 anos, e vivi muito isso. Vi também a tristeza do povo argentino quando perdeu para a Inglaterra as Ilhas Malvinas.

Fui procurado pelo cônsul da Argentina em Santa Catarina, pois o governo daquele país criou um grupo, deputada Angela Albino, para a forçar a abertura de um canal de negociação com a Inglaterra, para que a resolução da ONU seja respeitada. Segundo essa resolução, a Argentina, nas Ilhas Malvinas, assim como a Espanha, nas ilhas de Gibraltar, têm a possibilidade e o direito de ver agregados aqueles territórios marinhos.

Quando coloquei que teríamos essa reunião na comissão do Mercosul para tratar desse assunto, vimos que a rivalidade do Brasil com a Argentina não ocorre somente dentro das quatro linhas de um campo de futebol. A rivalidade entre o Brasil e a Argentina não se dá somente na hora de saber se o Pelé ou o Maradona foi o melhor jogador. Ela vai além. E sentimos essa questão, deputada Dirce Heiderscheidt, exatamente nessa hora.

Quando coloquei nas redes sociais, no Twitter e no Facebook, que faria essa reunião sobre as Ilhas Malvinas, foi impressionante a reação dos brasileiros, que disseram o seguinte: "O que nós temos a ver com isso? Que se lasquem!" Surgiram os mais variados comentários quando coloquei essa questão.

Por ser jornalista, as palavras das pessoas têm um peso diferente, afinal de contas vivemos disso. Nós, jornalistas, vivemos das palavras das pessoas, para podermos repassar as informações.

Passei toda a minha infância na Argentina, fiz a minha iniciação escolar naquele país, voltei para cá já adolescente, apesar de ter nascido em Joinville. Meus pais eram missionários e fomos para lá, mas vou tirar essa parte minha da histórica, deputada Angela Albino - para saber o que tenho com isso, no que vai dar isso.

Ouvindo o cônsul e os professores da Universidade Federal de Santa Catarina, enfim, o grupo formado para que pudéssemos defender essas questões, deputado Elizeu Mattos, entendemos que temos que levantar a sobancelha. Sabe quando o coioote levanta a orelha para saber o que está sendo captado pelo radar? Nós precisamos fazer isso.

Moram nas Ilhas Malvinas 3.000 pessoas. Desde 1833 a Argentina não consegue entrar nas Ilhas Malvinas. É uma guerra antiga. Mas aquelas ilhas têm um posicionamento estratégico no polo sul. Em 1827, uma fragata americana atacou duramente as Ilhas das Malvinas por conta, na época, da pesca das baleias. Então, a posição geográfica e estratégica das referidas ilhas faz com que a Inglaterra não abra mão delas de jeito algum!

Quando os professores e o cônsul estavam dizendo isso, falaram uma coisa que entendi que deva ser reproduzida, para que fique registrada nos anais desta Casa para nós e, talvez, os alunos que estão aqui começamos a pensar diferente em relação à autonomia territorial de alguns lugares estratégicos, como é o caso das Ilhas Malvinas. Eles disseram que hoje são as Ilhas Malvinas, amanhã poderá ser a floresta Amazônica ou o aquífero Guarani, que são considerados patrimônio mundial. E não é novidade para nós que os Estados Unidos têm um livro didático colocando que a floresta Amazônica já é um pedacinho americano.

Na verdade, deputada Dirce Heiderscheidt, eu nunca havia pensando nisso. A minha defesa pelas Ilhas Malvinas para a Argentina estava nesse contexto histórico que haver vivido lá. Mas quando eles falaram sobre a questão específica do nosso aquífero Guarani e da nossa floresta Amazônica, começamos a pensar, deputado Jailson Lima, que é

verdade, porque daqui a pouco os Estados Unidos poderão dizer que essas duas riquezas ambientais são deles e irem lá tomar posse. E nós vamos brigar com os Estados Unidos? Como?!

Por isso a importância de nós, brasileiros, latino-americanos, porque é uma questão da América Latina, entendermos que todos nós somos latinos, apesar de o Brasil não falar espanhol. Somos latinos, como dizem lá, somos de sangue *caliente*, somos distintos de outros povos. Todo mundo quando vai para a América do Norte ou para a Ásia reconhece quando lá está um latino-americano por causa dessa nossa espontaneidade, desse nosso falar alto, meio italiano, gestual, deputada Angela Albino. Ou seja, falamos também com as mãos, com uma linguagem não verbal.

Mas precisamos pensar que a questão das Ilhas Malvinas, deputada Luciane Carminatti, não é apenas da Argentina, é da América Latina, e é uma questão que abre um precedente. Daqui a pouco teremos que fazer a defesa da floresta Amazônica e do aquífero Guarani; daqui a pouco vão dizer que são dois patrimônios da humanidade e vão para lá! E o Brasil, como não está dando conta de cuidar das suas riquezas, quando perceber, o Exército americano já estará tomando conta de tudo o que é nosso.

A reunião foi muito importante e o que me chamou a atenção foi a emoção do cônsul da Argentina, que chorou quando propus ao presidente, deputado Dóia Guglielmi, que fizéssemos uma moção em nome da comissão do Mercosul, para ser aprovada por todos os parlamentares, em apoio à Argentina na questão da resolução da ONU. E que da moção fosse enviada uma cópia para o governo inglês, no sentido de que seja aberto um canal de negociação.

Agora, nos próximos dias, haverá uma reunião na ONU para discutir exatamente isso. E é importante que nós, de Santa Catarina - o Rio Grande do Sul e o Paraná já fizeram isso -, que recebemos tantos turistas argentinos, que gastam o seu dinheiro aqui, que usam e fazem a máquina do turismo girar em Florianópolis, em Balneário

Camboriú e em Bombinhas, entremos nessa luta pela devolução das Ilhas Malvinas para a Argentina.

Daí me perguntaram: "Por que surgiu agora essa preocupação?" É que o Reino Unido mandou para as Ilhas Malvinas um navio de guerra extremamente preparado para o ataque e isso assustou. Porque se for pelo armamento bélico, comparar a Argentina com eles vai dar pau de novo! E o governo argentino já disse que quer rever isso de forma pacífica e não como ocorreu na década de 80, quando o regime militar argentino decretou guerra à Inglaterra. Os argentinos querem conversar para saber onde será a mesa de negociação, que é na ONU. Eles querem fazer valer a resolução da ONU que lhes dá essa autoridade. E parece-me que os ingleses têm o feio costume de tomar as coisas dos outros, como as ilhas de Gibraltar, da Espanha e as Malvinas da Argentina. Imaginem que as Ilhas Malvinas distam de Ushuaia, que é o estado mais próximo do fim do mundo, a Terra do Fogo, 700km, deputado Serafim Venzon. São 700km em linha reta até o Ushuaia. Das Ilhas Malvinas até a Inglaterra são 14.000km.

Agora eles estão defendendo, meu caro presidente, que os 3.000 habitantes que moram lá se autodeterminem, digam o que querem ser, se querem ser ingleses ou argentinos. Como dizia um professor meu de matemática do segundo grau: é óbvio, é claro, pleonástico e ondulante que eles vão querer ser ingleses! Porque se desde 1833 estão sendo dominados pela Inglaterra é natural que se sintam ingleses! Eles se sentem ingleses! Não é autodeterminação! Neste momento não dá para dizer isso.

A mesma coisa estão querendo fazer nas ilhas de Gibraltar. Temos que verificar o que consta da resolução da ONU. Infelizmente, eles estão desrespeitando uma resolução da ONU. E a vontade desse grupo que foi criado em todos os lugares onde a Argentina tem embaixada ou consulado é que seja levantada uma discussão a esse respeito e que essa discussão possa, pelo menos, fazer com que o assunto seja debatido na ONU, que é o foro adequado, com certeza!

Fiz essa fala como uma forma de fazer com que todos nós, deputado Valdir Comin, possamos pensar que a questão das Ilhas Malvinas não é somente da Argentina, é uma questão do povo latino-americano. Essa questão representa um precedente na soberania da América Latina e poderá ser determinante em relação a problemas futuros com a floresta Amazônica e o aquífero Guarani.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PT.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os srs. deputados e todos os estudantes que nos acompanham nesta sessão e dizer que somos solidários a essa luta, porque se trata da soberania dos povos.

Eu me lembrei muito bem, enquanto v.exa. falava, das imagens do filme *A Dama de Ferro*, na parte que trata exatamente do que representou para a Inglaterra a ofensiva bélica que aconteceu de forma brutal, sanguinária e sem nenhum respeito ao povo da Argentina.

Assim sendo, queremos solidarizar-nos com esse fato e entendo que esta Casa precisa, sim, fazer o debate sobre a solidariedade da América Latina à Argentina, que é fundamental.

Então, v.exa. pode contar com o nosso apoio e fazer o registro do que dissemos.

Mas antes de me manifestar sobre o tema de hoje, gostaria de fazer apenas um pequeno registro com relação a uma audiência que acontecerá hoje, às 14h, e já temos a confirmação da presença tanto do secretário da Saúde, como do secretário de Administração, para discutir a SC Saúde.

Nossos levantamentos feitos do mês de fevereiro para cá mostram que, ao contrário do que o governo tem afirmado, ou seja, que o plano está avançando em número de médicos credenciados, clínicas, hospitais e laboratórios, na prática, lá nos municípios, essa realidade não se vem

confirmando. Ao contrário, em 22 de fevereiro tínhamos 4.612 credenciados, entre especialistas, laboratórios, clínicas, hospitais, e hoje temos 3.921. Ao todo já chegamos a 111 municípios sem nenhum tipo de credenciamento, o que é muito grave, na minha avaliação, na medida em que atinge em torno de 160 mil servidores que estão tendo descontos mensais na sua folha de pagamento, mas que estão descobertos de assistência à saúde.

Portanto, é uma situação extremamente grave, preocupante, e esperamos que o governo, hoje à tarde, na figura desses dois secretários, não venha apenas dizer que vai melhorar, deputado Elizeu Mattos - e v.exa. responde pela liderança do governo *ad eternum*. Eu não estou bem atualizada, mas ontem, na sessão em plenário, v.exa. exerceu na prática essa função e na política sabemos que não há espaço vazio. Portanto, quando não é assumido, acaba sendo preencdhido.

Mas quero dizer, deputado Elizeu Mattos, que exigimos uma resposta mais imediata e, eu diria, bastante prática para os servidores. Eles estão-se deslocando do estado inteiro para essa audiência hoje à tarde e querem saber, efetivamente, quais médicos, laboratórios e clínicas terão credenciados amanhã em suas cidades. Essa vai ser a pergunta central da audiência que acontecerá logo mais, às 14h.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputada, quero comunicar que faz uma semana que já não sou mais o líder do governo. Eu sentava aqui na frente, já mudei de lugar e agora estou sentado lá atrás, mais assistindo do que coordenando as votações.

Mas com relação à questão da audiência pública, queremos dizer que também fizemos um convite ao secretário Milton Martini para participar de uma reunião da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público na próxima terça-feira - foi somente por precaução, porque conheço

bem Milton Martini -, mas parece que ele estará viajando. Ele estava de férias e não sei se já retornou ao Brasil. Ele estava no exterior, porque tinha tirado férias, e eu não conversei mais com ele. Mas fizemos o convite para que estivesse na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Ele já esteve lá uma vez participando conosco de uma reunião em que lhe foi indagado sobre o SC Saúde.

Diante desses acertos, queremos ver como está a situação e convidamos o secretário Milton Martini para passar-nos o que evoluiu com relação às negociações com laboratórios e médicos no atendimento do SC Saúde.

V.Exa. fez a sinalização no sentido de que o secretário Milton Martini já chegou de viagem. Eu não sabia disso. Então, ele estará presente hoje, mas também estará presente, a nosso convite, na próxima terça-feira, às 11h, na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Está certo! Nós tivemos ontem, deputado, a confirmação da participação de dois secretários representando o governador Raimundo Colombo.

Mas quero deter-me ao segundo tema da minha fala, que é com relação aos desafios da Segurança Pública em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Estudo intitulado *O que Pensam os Profissionais de Segurança Pública no Brasil*, após pesquisa feita com 64 mil policiais em todo o país, através do ministério da Justiça e em parceria com o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (Pnud), mostra em números como o policial brasileiro é despreparado e humilhado por seus superiores, torturado nas corporações e discriminado na sociedade.

O estudo revela algo que é bastante chocante para nós: um em cada três policiais afirma que não entraria para a Polícia caso pudesse voltar no tempo. Para muitos deles, a vida de policial traz mais lembranças ruins do que histórias de glórias e heroísmo.

A pesquisa revela ainda que 20% dos agentes de segurança afirmam ter sido torturados durante treinamento, isto é, um em cada cinco. Além da tortura, os policiais são vítimas de assédio moral e humilhações em todos os níveis, de soldado a coronel.

Salário baixo, corrupção, assédio moral, rispidez, insensibilidade, autoritarismo e discriminação por parte da população são as maiores queixas e preocupações dos operadores da Segurança Pública.

Apenas 20,2% dos policiais se declararam a favor da manutenção do modelo atual, que mantém as Polícias separadas, uma atuando no patrulhamento e outra na investigação. Para 34,4% dos policiais ouvidos, o ideal seria a unificação das duas forças, ou seja, tanto a encarregada de patrulhar, como também a de atuar em conflitos e investigar crimes.

Há um tenente da Polícia Militar do Rio de Janeiro que diz, no seu depoimento, que um namoro recente acabou porque os pais da moça não aceitavam que ela ficasse com um policial. 'Você só pode dizer que é da Polícia depois que a mulher está apaixonada'."

Eu trago esse relato, feito a partir desse estudo do ministério da Justiça, porque ele é muito significativo nesse momento em que se discute tanto a crise da Segurança Pública em Santa Catarina. Percebemos todas essas manifestações presentes nesse caso desta semana, que envolve o conflito entre a Polícia Militar, a Polícia Civil, o comando da secretaria de Segurança Pública e os policiais que atuam nas ruas.

Conforme palavras de alguns deputados, inclusive da base do governo - e por uma questão de ética não vou citar nomes -, essa é a crise mais séria deste governo, porque ela revela problemas de comando. Insinua-se também suspeitas de corrupção dentro da própria Segurança Pública, o que comprova esse estudo.

Mas quero dizer que, da mesma forma, esse debate todo da Segurança Pública precisa caminhar

numa outra lógica. Nós precisamos discutir mais como se faz prevenção e repressão qualificada. E essa prevenção, na minha avaliação, passa por projetos e políticas sociais bem estruturadas. Quanto menos o estado está presente, mais a repressão tem força. Quanto mais o estado está presente na saúde, educação, habitação, cultura e lazer, menos a repressão se faz necessária.

Portanto, quero deixar o meu registro da importância de que nessa crise da Segurança Pública discuta-se, efetivamente, como o estado avança no sentido de garantir políticas de segurança pública para todos os seus cidadãos, inclusive para os policiais que também fazem parte da sociedade como um todo e que têm que ser tratados com respeito.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti, e parabéns pelo seu pronunciamento.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência defere de plano o Requerimento n. 0355/2012, de autoria do deputado Romildo Titon, que requer o encerramento da tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 0009/2012 e o seu consequente arquivamento.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, dia 16 de abril, às 19h, em homenagem à Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Colônia, pela passagem dos seus 50 anos de fundação.

Esta Presidência deseja um bom final de semana a todos os catarinenses.

Está encerrada a sessão.

